



Colégio de Procuradores de Justiça

## **ATA DA 59ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e doze (14.02.2012), às nove horas e vinte e cinco minutos (09h25min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 59ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador Geral de Justiça. Registrou-se a ausência justificada da Dra. Vera Nilva Álvares Rocha. Constatou-se, ainda, as presenças do Dr. Edson Azambuja, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Dr. Célio Sousa Rocha, Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, do Sr. Bruno Machado Carneiro, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, do Sr. José Maria Teixeira, Diretor Geral, do Sr. João Ricardo de Araújo Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, do Sr. Francisco das Chagas dos Santos, Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, do Sr. Enoque Barbosa de Sousa, Chefe do Departamento Administrativo, do Sr. Ney Pereira Villa, Representante da Fundação Universa, e de diversos outros servidores da instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Entrega parcial dos serviços contratados através do Contrato nº. 019/2011, tendo como objeto a Consultoria Técnica Especializada para o Diagnóstico, Aperfeiçoamento e Estruturação do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) dos Servidores do Quadro Auxiliar do Ministério Público do Estado do Tocantins; 1.1) Apresentação das descrições dos cargos e funções de confiança; 1.2) Apresentação do método de ordenação dos cargos; 1.3) Apresentação da ordenação e hierarquização dos cargos; e 1.4) Apresentação da nova curva de remuneração. De início, o Presidente prestou alguns **esclarecimentos**, a saber: 1) a revisão do PCCR é uma iniciativa do Colégio de Procuradores, visando à melhoria da qualidade dos trabalhos dos servidores e, também, uma remuneração mais digna; 2) após a apresentação do projeto, os

servidores terão a oportunidade de expor suas sugestões junto à Comissão de Assuntos Administrativos; 3) a Administração não forneceu anteriormente as informações pleiteadas pela ASAMP e pelo SINDSEMP em razão de o plano ainda se encontrar incompleto, sem a devida formatação, sendo passível de modificações, que, de fato ocorreram; 4) não era possível, também, divulgá-las antes da apresentação ao Colegiado; 5) para viabilizar este novo PCCR, foram remanejados R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) de outras ações referentes a investimentos e, ainda, 5,2% (cinco vírgula dois por cento) do orçamento reservado para um possível reajuste aos Membros; 6) não é possível realizar todas as melhorias desejadas, pois a instituição possui limites orçamentários, da ordem de 2% (dois por cento) da receita líquida do Estado para pessoal; 7) se acaso ultrapassar 1,89% (um vírgula oitenta e nove por cento), que corresponde ao limite prudencial, o Ministério Público corre o risco de ter que exonerar servidores; 8) após a última reunião da comissão responsável pela revisão do PCCR, foram feitas modificações que melhoraram substancialmente o plano; 9) inicialmente, havia 123 (cento e vinte e três) servidores com Vantagem Pessoal Irreajustável – VPI, que foram reduzidos a apenas 5 (cinco); 10) no seu entendimento, o que o plano traz de melhor aos servidores é a incorporação da produtividade, para fins de aposentadoria e maior segurança jurídica; 11) todos os benefícios serão regidos por lei e não apenas através de atos discricionários do Procurador Geral; 12) parabenizou os servidores pelo trabalho que vem sendo desenvolvido na instituição; 13) no último ano, a instituição teve um aumento do volume de processos ajuizados, da ordem de 76.000 (setenta e seis mil) para 125.000 (cento e vinte e cinco mil), resultado do grande trabalho dos Membros e servidores do *parquet*. Em seguida, a palavra foi concedida ao Sr. Ney Pereira Villa, consultor da Fundação Universa, para a apresentação e **entrega parcial dos serviços contratados através do Contrato nº. 019/2011, tendo como objeto a Consultoria Técnica Especializada para o Diagnóstico, Aperfeiçoamento e Estruturação do PCCR dos Servidores do Quadro Auxiliar do Ministério Público do Estado do Tocantins.** Fazendo considerações a respeito de cada item, inclusive com intervenções pontuais do

Presidente, o consultor apresentou, em sequência: 1) as descrições dos cargos e funções de confiança; 2) o método de ordenação dos cargos; 3) a ordenação e hierarquização dos cargos; e 4) a nova curva de remuneração. Encerrada a apresentação, passou-se a palavra a todos os Procuradores de Justiça presentes, que elogiaram, de forma geral, o trabalho desenvolvido pela Fundação Universa, tendo em vista a técnica e a imparcialidade empregadas na condução dos estudos. Parabenizaram, ainda, o Procurador Geral de Justiça pela valorização dos servidores, ressaltando, no entanto, que nem todas as melhorias desejadas são possíveis de se realizar, em virtude da limitação orçamentária da instituição. Logo após, o Dr. Edson Azambuja, Presidente da ATMP, fez uso da palavra para, igualmente, congratular o Procurador Geral pela condução do projeto voltado à valorização dos servidores do *parquet*. Ato contínuo, a palavra foi concedida aos Srs. Carlos Rogério e Bruno Carneiro, Presidentes do SINDSEMP e da ASAMP, respectivamente. Ambos agradeceram ao Dr. Clenan Renaut pela disposição em priorizar a revisão do PCCR entre as ações da instituição, ressaltando que a proposta, de forma geral, ficou satisfatória. Registraram, no entanto, que serão apresentadas algumas propostas à CAA com o intuito de realizar ajustes no plano, dentro das possibilidades do Ministério Público. Dando prosseguimento, o Dr. Clenan Renaut destacou que, em breve, ainda no ano corrente, será realizado um novo concurso público para mais de 100 (cem) vagas do Quadro Auxiliar da Instituição. Ressaltou, também, que a revisão do PCCR buscou reduzir a diferença salarial entre os Analistas Ministeriais Especializados – AME e Analistas Ministeriais – AMI, pois a unificação dos cargos seria inviável. Encerradas as discussões, deliberou-se, à unanimidade, pelo encaminhamento da matéria à CAA, para posterior apreciação. Por fim, o Presidente questionou ao Colegiado acerca da **autorização do pagamento de parte dos serviços prestados pela Fundação Universa**, referente aos itens apresentados na presente sessão. Para tanto, concedeu a palavra ao Sr. João Ricardo, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão para esclarecimentos. Este, por sua vez, consignou que no momento será quitado o correspondente a 80% (oitenta por cento) do volume de serviço acordado,



Colégio de Procuradores de Justiça

sendo o montante equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato. Em votação, o pagamento restou autorizado à unanimidade. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos (10h45min), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Elaine Marciano Pires, Secretária, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires

José Maria da Silva Júnior